



A relação Brasil-EUA: o mito da política externa independente

Por Plínio de Arruda Sampaio Jr.¹

Resumo

O texto discute a política externa brasileira na relação com os Estados Unidos e busca compreender como isso também atua na América Latina, já que praticamente todos os países sentem a violência do imperialismo norte-americano na forma de uma crescente pressão para a assinatura de pactos espúrios que impulsionam a liberalização da economia e a integração orgânica dos países da região no sistema americano de segurança.

Palavras-chave: Política externa, imperialismo, integração

La relación Brasil-EUA: el mito de la política externa independiente

Resumen

El texto analiza la política exterior brasileña en las relaciones con los Estados Unidos y trata de comprender cómo opera también en América Latina, ya que prácticamente todos los países sienten la violencia del imperialismo estadounidense en forma de aumento de la presión para la firma de pactos espúrios que conducen a la liberalización de la economía y a la integración orgánica de los países de la región en el sistema de seguridad de Estados Unidos.

Palabras Clave: Política externa, imperialismo, integración

The Brazil-US relationship: the myth of the independent foreign policy

Summary

The text discusses the Brazilian foreign policy towards the United States and seeks to understand how it also operates in Latin America, since practically all countries feel the violence of US imperialism in the form of increasing pressure for the signature of spurious pacts, driving the liberalization of the economy and the organic integration of the region's countries in the US security system.

Keywords: Foreign policy, imperialism, integration.

¹ Plínio de Arruda Sampaio Jr. é professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP

A relação entre o Brasil e os Estados Unidos enquadra-se nos marcos da exploração econômica e dominação política que caracterizam os nexos imperialistas da grande potência do Norte com os países da América Latina. O princípio geral que orienta tal relação foi fixado na segunda década do século XIX pela Doutrina Monroe, segundo a qual o continente é visto como sua zona privilegiada de influência e segurança. A especificidade do momento histórico é dada pela lógica de império que preside as ações dos Estados Unidos no mercado mundial, cuja essência consiste em impulsionar a crescente integração do sistema capitalista mundial sob a batuta dos interesses estratégicos de seus grandes blocos de capitais que contempla metade de todas as empresas multinacionais.

No plano dos negócios, as pretensões imperiais materializam-se na pressão pela crescente liberalização da ordem econômica internacional. O espírito que orienta a ação do Estado norte-americano foi explicitado por um de seus representantes na Organização Mundial do Comércio: “Basicamente, este processo [de liberalização] não cessara até que os estrangeiros finalmente comecem a pensar como os americanos, a atuar como os americanos e – principalmente – a comprar como os americanos” (BARLOW, sd). Na esfera da geopolítica, a força do império americano consubstancia-se na sua cristalização como gendarme da ordem global. O papel dos Estados Unidos como guardião em última instância do capital foi recentemente reiterado por Barack Obama em discurso de apresentação de sua doutrina de Segurança Nacional em West Point: “Aqui está o meu ponto de partida: América deve sempre liderar o cenário mundial. Se não o fizermos, ninguém mais o fará. O militar (...) é e sempre será a espinha dorsal da nossa liderança” (in DAVIDSON, 2015).

Ao fundir a estabilidade econômica da ordem global com a defesa dos valores democráticos da civilização ocidental a seus interesses nacionais, o Estado norte-americano tomou para si o papel de garantidor em última instância da propriedade privada em escala global. Em consequência, à sua soberania ampliada corresponde a soberania reduzida dos demais países do globo. Em “Manifesto for a Fast World”, o editorialista do New York Times, Thomas Friedman (1999), resumiu a fusão entre a preservação da ordem global e o império americano sem grandes sutilezas: “A mão invisível do mercado nunca funcionará sem um punho invisível. (...) O punho invisível que mantém o mundo seguro para a tecnologia do Vale do Silício se chama exército dos Estados Unidos, força aérea, armada e infantaria da marinha”.

A América Latina sente a violência do imperialismo norte-americano na forma de uma crescente pressão para a assinatura de pactos espúrios que impulsionam a liberalização da

economia e a integração orgânica dos países da região no sistema americano de segurança. Na órbita econômica, a pressão remonta aos programas de ajustamento estrutural vinculados à renegociação das dívidas externas nos anos 1980s; à normalização das relações com os credores internacionais no âmbito do Plano Brady e à promoção de uma segunda geração de reformas liberais inspiradas no Consenso de Washington nos anos 1990s; à realização de reformas institucionais que completam a absoluta subordinação da política econômica à disciplina de mercado, uma terceira geração de reformas liberais, impostas pelo Fundo Monetário Internacional depois da crise da dívida externa do final dos anos 1990s; bem como, às pressões para acordos de livre comércio nos anos 2000. Na esfera da segurança nacional, a percepção da expansão do narcotráfico como ameaça à estabilidade da região e, sobretudo, a prioridade dada a políticas sistemáticas de contra-insurgência levaram os Estados Unidos a reativar a política de intervenção direta nos assuntos domésticos dos países latino-americanos e a ampliar a sua presença militar na região. A manutenção do bloqueio a Cuba (apenas recentemente levantado), o Plano Colômbia, a expansão de bases militares e a intervenção aberta contra os governos do Haiti, Venezuela, Bolívia, Equador e Honduras revelam o recrudescimento do caráter intervencionista e agressivo do império americano.

Após o atentado de 11 de setembro de 2001 e o impasse nas negociações da ALCA, a atenção de Washington deslocou-se para outros continentes. Concentrados na guerra preventiva contra o terrorismo e na negociação de acordos de livre comércio com os países da Ásia e da Europa, Washington relegou a América Latina a uma posição ainda mais rebaixada. Sem projeto definido para o Hemisfério Sul, os Estados Unidos limitaram-se a impulsionar alguns acordos bilaterais de livre comércio e a concentrar as atenções na luta contra-insurgente.²

Não obstante a brutal assimetria no poderio econômico e militar, circunstâncias muito particulares permitiram que um Estado vassalo, em avançado processo de reversão neocolonial, se arvorasse o papel de potência emergente com capacidade de interferir nos rumos do globo. É a avaliação feita pelo governo Lula. Em 2008, o embaixador Patriota, posteriormente nomeado ministro das Relações Exteriores de Dilma Rouseff, explicitou a

² A baixa prioridade dada às relações com a América do Sul, assim como o deslocamento da atenção para os assuntos associados à segurança nacional que envolve o aumento da presença militar na região, fica patente quando se constata que o pessoal contratado pelo Comando Sul, mesmo contando com o irrisório orçamento de US\$ 100 milhões, é maior do que o número de todos os funcionários que trabalham em temas sobre a América do Sul nos Departamentos de Estado, Comércio, Tesouro e Agricultura. Hirst, M.E.S As Relações Brasil-Estados Unidos de uma Perspectiva Multidimensional: Evolução Contemporânea, Complexidades Atuais e Perspectivas para o Século XXI. Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mimeo, p. 115. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36743/000817166.pdf?sequence=1>>

premissa subjacente à pretensão da diplomacia brasileira:

Embora os Estados Unidos permaneçam a única superpotência do sistema internacional, já não se pode dizer, hoje, que a ordem mundial se enquadre em um modelo rigorosamente ‘unipolar’. Os recursos políticos e militares de que dispõem o governo e a sociedade norte-americanos, ainda que virtualmente incontrastáveis, não lhes asseguram a capacidade de definir resultados em escala global. O aparecimento de novos atores e o funcionamento, ainda que imperfeito, de mecanismos multilaterais impedem que Washington possa ser equiparado ao que foi Roma (...) (PATRIOTA, 2008, p 97 -109)

O sentimento de ufanismo que caracteriza a percepção de que o Brasil teria ascendido a um novo patamar na economia mundial foi verbalizado por Celso Amorim, ministro de Relações Externas do governo Lula, quando, em 2006, ao fazer o balanço da atuação do Brasil nas negociações da Rodada de Doha afirma: “Diria sem falsa modéstia que o Brasil mudou a dinâmica das negociações da OMC. Não foi o Brasil sozinho. Mas o Brasil lidera o G20 e é procurado – e diria que quase cortejado – por Estados Unidos, União Européia e Japão, entre outros países” (AMORIM, 2006).

O suposto abandono do alinhamento mais ou menos automático em favor de uma posição de autonomia frente aos Estados Unidos, cuja essência consistiria em subordinar a relação com Washington aos interesses nacionais, teria levado o Itamaraty à priorização das relações com os países do Cone Sul, à diversificação das relações comerciais fora do Mercosul, à busca de novas alianças para atuar no cenário internacional e à articulação de uma reforma da ordem econômica internacional. A declaração de Samuel Pinheiro, arquiteto da estratégia de autonomização do governo Lula, explicita o espírito da nova política de relações externas do Brasil:

É indispensável trabalhar de forma consistente e persistente em favor da emergência de um sistema mundial multipolar no qual a América do Sul venha a constituir um dos polos e não ser apenas uma sub-região de qualquer outro polo econômico ou político (GUIMARÃES, 2006).

O mito de que o Brasil teria se qualificado como um “ator” com voz própria no cenário internacional baseia-se em sete teses fundamentais:

1º. Ao subordinar as relações externas à defesa dos interesses nacionais, o Brasil teria rompido com a tradição histórica de alinhamento automático com Washington.

2º. A mudança na política externa seria a consequência de uma ruptura na política interna. O abandono da ortodoxia neoliberal teria aberto o caminho para políticas neodesenvolvimentistas. Ao combinar crescimento e equidade, o Brasil teria colocado a

solução de seus problemas históricos em primeiro plano.

3°. A nova situação do Brasil teria levado o Brasil à condição de economia emergente e potência intermediária no cenário internacional. A criação do fórum dos BRICs – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul -, teria amadurecido uma nova correlação de forças que abriria brechas para mudanças substantivas na ordem econômica mundial. O fato de as economias dos BRICs terem passado relativamente incólumes pelos primeiros movimentos da crise econômica mundial e em conjunto deterem 40% da população do globo, 20% da economia mundial e metade das reservas internacionais reforçava a percepção de que existiriam brechas significativas para uma nova dinâmica nas negociações internacionais.

4°. O ativismo diplomático brasileiro refletiria o novo *status* do país como ator global. A participação nas negociações em torno da contenção do programa nuclear do Irã colocava o Brasil no centro da diplomacia mundial. O envio de “tropas pacificadoras” ao Haiti seria a prova concreta do compromisso do Brasil com intervenções humanitárias para auxiliar a reconstrução de Estados falidos. A intensa atuação nas negociações da Organização Mundial do Comércio e a participação no G-20 criado para discutir soluções para a crise econômica reforçavam a avaliação de que o Brasil teria passado para a primeira divisão da diplomacia mundial. O entusiasmo do presidente Lula ao fazer o balanço da primeira reunião do G-20 dá bem a medida do estado de comemoração mental das altas esferas do governo brasileiro: “O dado concreto é que, pela força política, pela representação dos países que foram inseridos (sic) no G-20, eu penso que não tem mais nenhuma lógica tomar decisões sobre a economia e a política sem levar em conta esse fórum de hoje”.³

5°. A incontestável liderança regional teria dado ao Brasil um novo estatuto na geopolítica mundial. Preocupado em neutralizar a ofensiva comercial e militar norte-americana, Brasília teria tomado importantes iniciativas para fomentar a unidade sul-americana. A consolidação e expansão do Mercosul, a criação da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL – e a formação do Conselho de Defesa Sul-Americana – CDS – seriam resultados objetivos - frutos do grande prestígio e autoridade do Brasil - da nova postura da região em relação ao gigante do Norte. O assento permanente no Conselho de Segurança da ONU apareceria assim como consequência natural da nova situação do Brasil.

6°. A emergência do Brasil como potência intermediária no cenário internacional teria permitido a superação de sua extrema dependência econômica e diplomática em relação aos

³ A fala do ex-presidente pode ser vista no Jornal Gazeta Mercantil, “Brasil Volta da Reunião com Trunfos nas Mãos”, 17 de novembro, 2008.

Estados Unidos. A diversificação da pauta de exportação, a geração de mega-superávits comerciais e o expressivo aumento das reservas internacionais seriam expressões inequívocas de que o Brasil estaria caminhando para a primeira divisão da economia mundial. A aparente independência de sua diplomacia nas negociações do tratado de troca de combustível nuclear entre a Turquia e o Irã; na defesa do presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, em uma conspiração urdida na Embaixada Americana, bem como na mediação dos conflitos entre Colômbia e Venezuela reforçavam a impressão de que o Brasil atuava com autonomia frente a Washington. A afirmação de Lula ilustra a pretensão do governo brasileiro: “Queremos ter relações com os Estados Unidos, o que não podemos é nos tornar dependentes. Por isso, nos voltamos para a América Latina” (LULA DA SILVA, 2013).

7º. Por fim, o anúncio pela administração Bush de que os entendimentos entre Estados Unidos e Brasil tinham sido alçados à condição de “diálogo estratégico”, figurando na mesma categoria da Rússia, China e Índia, parecia corroborar a tese de que a relação entre os dois maiores países do continente americano teria atingido uma etapa de maturidade em que ambas as partes reconheciam e respeitavam os interesses nacionais do outro, mesmo quando eventualmente divergentes. A declaração da Secretária de Estado, Condoleezza Rice (2005) sintetizaria o novo status do país no cenário internacional: “Os Estados Unidos encaram o Brasil como um líder regional e um parceiro global”. Em encontro com o presidente Bush, Lula celebrou o reconhecimento norte-americano e, para não deixar margem a dúvidas, reiterou sua lealdade com Washington:

Na época da minha eleição para a Presidência, não foram poucos a prever a deterioração das relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Equivocaram-se redondamente. Ao contrário, nossas relações atravessam hoje um de seus melhores momentos. As relações econômicas e comerciais se ampliaram muito e nosso diálogo político ganhou qualidade superior. Compreendemos, Estados Unidos e Brasil, nossa importância econômica e política e as responsabilidades que disso decorrem (...). É por todas essas razões que vemos com entusiasmo a disposição norte-americana de incluir o Brasil entre os países com os quais mantêm um diálogo estratégico privilegiado (...) Nesse marco (...) as relações Estados Unidos-Brasil são fundamentais e seu aperfeiçoamento é um legado que devemos deixar aos que virão (LULA DA SILVA, 2005).

Ao se ater à superfície dos fenômenos e absorver de maneira acrítica o discurso oficial, a imagem de um Brasil potência, livre do controle de Washington, na verdade, constitui uma inversão da realidade. São sete os equívocos que alimentam o mito da independência da diplomacia brasileira:

1º. Ainda que a chegada de Lula ao poder represente uma mudança na postura de alinhamento automático e desmoralizante de Fernando Henrique Cardoso, cuja subalternidade ficou escancarada na implantação do sistema de vigilância da Amazônia – SIVAM -, os parâmetros que norteiam a relação do Brasil com os Estados Unidos permanecem enquadrados na doutrina da “aliança informal” sacramentada pelo Barão de Rio Branco no início do século XX, cuja essência pressupõe a absoluta supremacia dos imperativos de Washington. Assim é que não obstante postura aparentemente mais ativa da diplomacia de Lula, o Brasil em nenhum momento questionou o papel imperial dos Estados Unidos no continente nem seu direito de intervir nos chamados Estados falidos. Em termos doutrinários, a diferença básica entre a “aliança informal” do Barão de Rio Branco e a “parceria estratégica” da diplomacia de Lula é equivalente à que existe entre o colaboracionismo explícito e entusiasmado do primeiro, baseado em princípios liberais, e o colaboracionismo dissimulado e ressentido do segundo, fundado no pragmatismo oportunista.

2º. O governo Lula não rompeu com os parâmetros fundamentais do neoliberalismo. O compromisso de subordinar a razão de Estado aos interesses estratégicos do grande capital, selado na famigerada Carta aos Brasileiros em 2002, é o elemento-chave para compreender a subordinação da diplomacia brasileira aos imperativos da ordem global e, em consequência, aos parâmetros da relação subalterna com os Estados Unidos. Perfeitamente enquadrados nos parâmetros do multilateralismo, Lula e Dilma transformaram-se em paladinos do liberalismo e da democracia ocidental. As reformas dos organismos internacionais apregoadas pelo Itamaraty reduzem-se em última instância à cobrança de coerência dos países ricos com os princípios do neoliberalismo e da representação baseada no poder econômico (o que implicaria uma maior representação dos BRICs). A atuação do Brasil como mediador de conflitos no cenário internacional restringe-se à função precípua de reforçar a legitimidade e a estabilidade da ordem global, evitando o aparecimento de coalizões anti-sistêmicas, aparando conflitos regionais e atuando diretamente como braço armado da ordem no combate a focos reais e potenciais de insurgência. Assumindo a função de “intermediário” nas negociações entre os interesses dos países desenvolvidos e “em desenvolvimento”, de “apaziguador” de conflitos entre países ricos e pobres e de “repressor” em regiões turbulentas e instáveis, o Brasil cumpre o triste papel de agente disfarçado da ordem, inextricavelmente comprometido com a reprodução do imperialismo global.

3º. A idéia de que o Brasil desponta como uma potência emergente com grande potencial para influenciar os rumos do mundo nos próximos anos ignora as transformações tectônicas que condicionam a reorganização do sistema capitalista mundial e seus reflexos

nefastos sobre a economia brasileira. O bloco dos BRICs é um bloco de papel, sem nenhuma capacidade prática para condicionar o rumo do processo de reorganização da ordem econômica mundial – a integração profunda -, impulsionada pelos Estados Unidos, em bases bilaterais, à margem da OMC, que tem como um de seus objetivos exatamente a marginalização dos BRICs frente às correntes mais dinâmicas do comércio mundial. A superestimação do poder de negociação internacional do Brasil simplesmente desconsidera que o ciclo de crescimento, que agora se esgotou, veio acompanhado de um processo de regressão das forças produtivas, cujo sintoma mais evidente é a desindustrialização. Desconsidera também que a maior presença do Brasil no mercado mundial reforçou a posição do país na divisão internacional do trabalho como mero fornecedor de commodities primárias, minerais e agrícolas, de baixíssimo conteúdo tecnológico.

4°. A ideia de que o Brasil se afirma como um ator relevante no cenário internacional contrasta com o papel do Brasil como mero peão do imperialismo norte-americano. Quando convém aos Estados Unidos, as ações brasileiras são referendadas e louvadas, quando não convém, são simplesmente ignoradas e publicamente repreendidas. É o que ocorre no Haiti, onde a presença “pacificadora” dos militares brasileiros para reprimir protestos sociais e disciplinar os pobres com a lei do terror marcial é louvada e bem-vinda, pois protege governos ilegítimos, corruptos e violentos, inventados e apoiados pelos Estados Unidos. O ativismo brasileiro no clímax da crise econômica mundial obedece a mesma lógica. Convocado a arcar com suas novas responsabilidades globais, o Brasil, que tanto sofreu nas mãos dos programas de ajustamento econômico, contribui sem pestanejar com US\$ 10 bilhões – mais de um ano do Programa Bolsa Família - para reforçar o caixa do FMI. Como prêmio, “foi inserido”, nas palavras de Lula, no Grupo do G-20, organizado para discutir alternativas para a crise econômica mundial – discussão, diga-se de passagem, que até hoje não redundou em nenhuma decisão prática.

Em contrapartida, todas as vezes que o Brasil ultrapassou o mandato mais ou menos explícito de Washington, suas iniciativas foram explicitamente desautorizadas e o Itamaraty foi explicitamente admoestado. É o caso da malfadada negociação de troca de combustível nuclear entre Irã e Turquia, imediatamente rejeitada e repudiada pelos Estados Unidos. É também o caso da patética ação para impedir a deposição do presidente de Honduras, Manuel Zelaya, por um golpe de Estado urdido na Embaixada dos Estados Unidos, a qual foi olímpicamente ignorada por Washington.

5°. A noção de que o Brasil se afirmou como uma potência regional respeitada pelos Estados Unidos oculta a importância absolutamente secundária do país na política externa de

Washington para o Cone Sul. Tendo como principais preocupações o combate à guerrilha colombiana, a contenção da onda bolivariana e a negociação de tratados bilaterais de livre comércio, a relação de Washington com o Brasil tem sido conduzida por funcionários de segundo escalão, de maneira *ad hoc*, tendo como norte um pragmatismo egoísta e manipulador. Nos assuntos econômicos, a mobilização da alta cúpula do governo norte-americano restringiu-se à defesa de lobbies empresariais específicos, com destaque para os grandes negócios com biocombustível e com a exploração do petróleo no Pré-Sal.

A própria noção de que o Brasil se consolidou como um líder regional é altamente problemática. Mesmo que na contramão da pressão norte-americana a favor de um tratado de livre comércio que contemplasse o conjunto do hemisfério, o Mercosul não representa uma alternativa à globalização da economia mundial. Para o Brasil, a América do Sul não é um fim em si, mas apenas o meio de aumentar seu cacife nas negociações multilaterais e bilaterais de liberalização do comércio mundial. Ao fomentar a concorrência predatória entre os países da região, acirrando as rivalidades regionais, o caráter abertamente neoliberal da filosofia que inspira o Mercosul promove o inverso da integração – a desintegração da América Latina como projeto de sociedade capaz de controlar o seu destino.

O ativismo diplomático do Itamaraty na América do Sul tampouco representa um contraponto real aos interesses geopolíticos de Washington. Antes o contrário. O papel “moderador” do Brasil nos conflitos regionais foi apoiado, incentivado e legitimado pelos Estados Unidos. E com razão, pois, nos momentos cruciais, o Brasil nunca deixou de fazer o jogo dos americanos, cujo interesse estratégico organizou-se em torno da obsessão em neutralizar a liderança de Hugo Chávez e solapar o potencial subversivo da revolução bolivariana. O gritante contraste entre a atitude vacilante e procrastinatória da diplomacia brasileira em relação à formação da ALBA e à constituição do Banco do Sul; e sua presteza e entusiasmo em participar do fórum dos países ricos e contribuir generosamente para o fortalecimento do FMI é retrato fiel do papel instrumental do Brasil como instrumento velado do imperialismo norte-americano. Ao sancionar as pressões dos Estados Unidos e sabotar a contestação da ordem, o Brasil atua como agente camuflado dos interesses norte-americanos no Cone Sul.

6°. Tomando a nuvem por Juno, a crença de que o Brasil é uma economia emergente, com potencial para se tornar uma potência intermediária, ignora os condicionantes estruturais que aprofundam e aceleram o processo de reversão neocolonial.

A avaliação de que o aumento do comércio com a China revelaria uma maior

autonomia em relação aos Estados Unidos desconsidera que o crescente peso das *commodities* na pauta de exportação, resultado da posição ainda mais subalterna do país na divisão internacional do trabalho, acentua a dependência da economia brasileira em relação ao desempenho da economia norte-americana – o fator determinante do comércio internacional e do comportamento dos termos de troca. A ideia de que o grande afluxo de capitais estrangeiros para o Brasil seria um indicador de potência, aumentando o grau de liberdade das autoridades econômicas, não leva em conta o fato de que o acúmulo de gigantescos passivos externos líquidos – capitais internacionais de altíssima volatilidade – deixa o país extraordinariamente vulnerável a movimentos especulativos contra a moeda nacional, reforçando a dependência do país em relação às vicissitudes da política econômica norte-americana.

O aumento da situação de dependência em relação aos Estados Unidos não se circunscreveu ao âmbito econômico. A criação do Sistema Sul Americano de Segurança no bojo da arquitetura da UNASUL e a relutância do Brasil em equipar suas forças armadas com aviões de fabricação norte-americana, não impediu que em 2010 o governo brasileiro assinasse um amplo acordo de cooperação militar com os Estados Unidos. Ao conceder aos Estados Unidos a função de parceiro estratégico na capacitação das forças armadas na sua função de controle do território e fiscalização das fronteiras, um tipo de iniciativa que não se verificava desde 1977, no auge da ditadura militar, o governo brasileiro colocou seu sistema de segurança sob a tutela direta dos Estados Unidos desfazendo com a mão direita o que havia esboçado com a esquerda.

7º. A noção de que existiria uma “parceria estratégica” como os Estados Unidos mascara o verdadeiro papel da diplomacia brasileira na geopolítica do império. A pauta esvaziada de entendimento econômico não é casual, pois a “integração profunda” impulsionada por Washington marginaliza o Brasil das correntes mais nobres do mercado mundial. A definição da Tríplice Fronteira como zona de segurança na luta contra o terrorismo e a reativação da 4ª Frota para monitorar os mares do Atlântico Sul, logo após o anúncio da descoberta de grandes reservas de petróleo no pré-sal, em águas além do limite de soberania marítima reconhecido formalmente pelos Estados Unidos, são prepotências que revelam que o Brasil continua sendo tratado como um reles subalterno, cuja fidelidade deve ser garantida na base da intimidação e do controle. O absoluto descaso em relação às súplicas desesperadas da presidente Dilma por um pedido de desculpa formal de Washington pela espionagem descarada e generalizada de empresas e autoridades brasileiras constitui um desacato que desmente de maneira cabal toda a farsa em torno da suposta existência de um respeitoso

“diálogo estratégico” entre os Estados Unidos e o Brasil.

A utilização do Brasil como instrumento direto dos interesses americanos e como meio de bloquear a contestação da ordem evidenciam que, para os Estados Unidos, o estratégico é manipular a subserviência de Brasília e manejar sua impostura progressista para garantir os interesses de Washington. Para o Brasil, o estratégico é compor com o imperialismo norte-americano em todas as frentes e trabalhar para a estabilidade do poder americano na região a fim de manter o grande gigante do Norte o mais afastado possível de sua vizinhança imediata e, assim, minimizar sua ingerência direta e explícita nos negócios internos.

Apesar de princípios gerais comuns, existe um verdadeiro abismo entre a diplomacia brasileira da época do Barão de Rio Branco, no início do século XX, e a do Itamaraty, um século depois. A primeira buscava ganhar tempo enquanto se sonhava com a possibilidade longuíqua de consolidar um projeto de Nação. A segunda aceita sem questionamento os parâmetros de um processo de liberalização permanente que condena o Brasil à reversão neocolonial. Ao desperdiçar a oportunidade de enfrentar as forças internas e externas que ameaçam a integridade da sociedade nacional, os governos liderados pelo PT cristalizaram a situação do Brasil como vassalo de terceira ordem do Império Americano.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. **Brasil Não Perdeu Prestígio. Ele Nunca Foi Tão Alto**, Gazeta Mercantil, 19 de outubro, 2006.

BARLOW, Maude. **A Área de Livre Comércio das Américas**. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/blocos/alca/alca_maude.htm. Acesso em 05/06/2015.

DAVIDSON, J. **Obama’s Last National Security Strategy**. In: Foreign Affairs, march 2, 2015, p. 2. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2015-03-02/obamas-last-national-security-strategy>. Acesso em 10/06/2015

FRIEDMAN, Thomas. **A Manifesto for the Fast World**, New York Times, 28/03/1999. Disponível em <http://www.nytimes.com/1999/03/28/magazine/a-manifesto-for-the-fast-world.htm> . Acesso em 25/06/2015

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

LULA DA SILVA, Luis Inácio Lula da Silva. Conferência: Uma Nova Política Externa, Conferência Nacional, UFABC, 15 a 18 de julho, 2013. Disponível em: http://www.institutolula.org/lula-fala-dos-tres-eixos-da-politica-externa-de-seu-governo-em-conferencia-na-ufabc/#.Um_8LXBJOAg . Acesso em 20/06/2015

_____. Luiz Inácio Lula da Silva, 6 de novembro de 2005. Disponível em: www.mre.gov.br/portuguese/politica_externa/discursos/discursos_detalle3.asp?ID-

[Discurso=2719](#) . Acesso em 20/06/2015.

PATRIOTA, A.A. **O Brasil e a Política Externa dos EUA**. In: Política Externa, São Paulo, Paz e Terra, v.17, n.1. p. 97-109, jun/ago, 2008.

RICE, Condolezza, 27 de abril de 2005. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/04/050427_ricediegoml.shtml . Acesso em 20/06/2015.